

A VELHA SENTINELA E SEUS NOVOS

Geraldo Müller

Texto apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, de 7 a 11 de outubro de 1984.

Estima-se que nos últimos dez ou quinze anos cerca de um milhão de moradores dos campos saíram do meio rural em busca de emprego e renda nas cidades. Isso, em média, por ano. Em geral seu destino foram as cidades médias e, de preferência, as grandes cidades. Seria chover no molhado dizer que esse descomunal movimento de população dilatou o exército de reserva de mão-de-obra aquartelado nesses centros e elevou a pressão sobre os aparelhos urbanos de saúde e higiene públicas, educação e outros mais. Esta situação urbana vai ganhando expressão social, e até mesmo sociopolítica, à medida que diminuem as taxas de crescimento industrial e chega-se ao período atual de estagnação com elevada taxa de inflação, num momento de maior liberdade política. Não somente os grupos sociais com maior capacidade de se fazerem ouvir politicamente pressionam contra o arrocho salarial, mas também, dado que os preços de bens tão simples como os de alimentação dispararam, todos os grupos sociais indistintamente têm se indagado que agricultura é essa que produz montanhas de produtos

e não gera sequer um ratinho em benefício dos consumidores.

Medra e toma corpo nesse ambiente a surrada questão agrária, com roupagens novas embora um tanto confusas. Sinais dos tempos. Nos campos, onde desde há muito proliferam os conflitos sociais de cunho fundiário e trabalhista, erguem-se agora novas bandeiras reivindicativas que abarcam amplo espectro. Desde políticas creditícias, preços mínimos, pesquisa e extensão rurais, armazenagem e escoamento, organizações cooperativas, previdência social etc. Ainda recentemente ganharam notoriedade os conflitos trabalhistas e fundiários que explodiram no interior do Estado mais desenvolvido do país, expressando mais uma vez o ressurgimento da questão agrária entre nós.

Está portanto na ordem do dia, e é imperativa a retomada desta questão como um obstáculo prático e teórico, a se conectar com as questões urbana e industrial. Ela ostenta — como toda e qualquer questão nacional — uma face particular, por tratar com clima, solo, regiões, mercados específicos, e uma face geral, por relacionar-se aos processos econômicos e políticos de âmbito nacio-

JORA AGRÁRIA BALANGANDÁS

nal. E, igualmente como toda e qualquer questão deste nível, tem a aparência de uma velha conhecida que, semelhantemente à fênix, reaparece de tempos em tempos com roupagens recosturadas. Não obstante, essas questões são hoje *questões novas*, que requerem novos diagnósticos e, por isso mesmo, novas perspectivas de resolução.

A modernização agrária, expressão particular da generalização da sociabilidade centrada nas relações financeiro-industriais, tende a ampliar sua área de domínio fazendo com que o estoque de população rural, com sua correspondente massa de força de trabalho, se torne excessivo frente às exigências dessa modernização. Tendência, aliás, de caráter universal. Penso que entre nós essa tendência irá predominar, realizando-se não só mediante aumentos de produção por hectare (produtividade), como também buscando diminuir seus custos unitários (eficiência), mediante aprofundamento da racionalidade capitalista. Isto posto, pode-se admitir que o êxodo rural irá intensificar ainda mais as pressões urbanas antes aludidas. Presentemente é o que se verifica. Precisamente pelas implicações

econômicas e sociais dessas pressões urbanas, as implicações demográfico-econômicas da modernização agrária podem ser repensadas. Há um clima objetivo e subjetivo que dispõe para isso.

As razões de se pensar a mudança no rumo dessas coisas encontram-se também na nova dinâmica agrária. Esta, configurada no complexo agroindustrial, permite pensar as conexões orgânicas entre campo e pequenas/médias cidades através dos fluxos de mão-de-obra, de produtos e serviços industriais e financeiros e das atividades agroindustriais. Ao invés de se pensar a agricultura como uma espécie de dique à urbanização tresloucada e sugerir uma justiceira distribuição de nacos de terra para as famílias se virarem num mundo cada vez mais pautado pela organização de blocos de interesses, talvez fosse mais conveniente admitir-se a continuação da modernização agrária e prognosticar a dinamização das outras esferas geoeconômico-sociais organicamente associadas a ela. Isso, como postura mais condizente com a generalização do estilo urbano e industrial de vida posto em marcha nos últimos trinta anos. Penso que não se trata de

simplesmente politizar a questão agrária, mas de encará-la como questão econômico-política, uma vez que ela é integrante ativa da questão nacional geral, que requer novas políticas e instrumentos econômicos. Isso tudo decorre da possibilidade de criarmos um modelo nacional de desenvolvimento no novo contexto mundial altamente internacionalizado.

O texto presente procura contribuir na direção de repensar a questão agrária e sustenta a idéia de que dá para mudar o rumo das coisas — e que, para tanto, há condições objetivas e subjetivas.

I. Antigas e novas políticas

Vamos considerar dois pontos. O primeiro diz respeito à nova agricultura que hoje existe no país e que imprime a direção ao conjunto da agricultura nacional. O segundo refere-se aos novos problemas que esta agricultura criou e que está a exigir alterações de vulto nas políticas agrícolas.

As políticas agrícolas postas em ação a partir de 66 derivam da aspiração do regime instalado dois anos antes no país, de construir um Brasil moderno, industrializado e internacionalmente respeitado como potência emergente. Neste sentido, a política de crédito rural e a de incentivos fiscais — os principais instrumentos de política agrícola — buscavam consolidar e, notadamente, expandir a agricultura em bases empresariais. O emprego dos modernos elementos da tecnologia constitui o ponto decisivo desse processo, a fim de elevar a produtividade e a produção agrícolas. Com isso a industrialização da agricultura ganhou velocidade e dimensões inusitadas. São edificados os setores modernos da indústria de bens de produção para a agricultura ao mesmo tempo que os setores agroindustriais passam por alterações de vulto. Em suma, constitui-se no complexo agroindustrial brasileiro.

Surge uma agricultura nova ou uma nova forma de produzir no agro brasileiro, distinta da maneira tradicional que combinava dinamicamente mão-de-obra com terra. Esta agricultura possui uma nova composição fatorial, uma nova dinâmica, e, mais, ela imprime direção aos inúmeros processos em andamento no campo. Observe-se que as transformações provocadas pela industrialização do campo não se reduzem às modificações tec-

noeconômicas, mas incluem também as modificações sociopolíticas.

A despeito do ordenamento errático das políticas agrícolas e de suas características de curto prazo, as profundas transformações que provocaram expressam uma opção política que incentivou claramente a eficiência econômica em detrimento da busca de alguma equidade social. Sabemos que a iniquidade não é estranha aos campos brasileiros; ao contrário, é um componente histórico. Acontece que com a industrialização do campo ela ganhou contornos mais nítidos e mais gritantes, além de novos ingredientes sociais. Hoje, em plena crise, certamente esta situação pesa em muito, até mesmo para se erigir uma nova eficiência econômica que corresponda ao novo patamar e à nova dinâmica existente no agro nacional. Pesa em muito, note-se, não porque a agricultura não possa elevar sua produção e produtividade, mas em virtude do novo contexto do qual faz parte: a agricultura hoje está cada vez mais integrada na matriz geral da economia brasileira.

As numerosas e profundas mudanças ocorridas nos campos brasileiros nos últimos vinte anos produziram tantos e tão volumosos problemas que o encaminhamento dos mesmos está a exigir novas políticas agrícolas. Políticas não mais e tão-somente de curto prazo e que digam respeito apenas aos aspectos creditícios e fiscais, mas políticas que componham um conjunto articulado e sistematizado que levem em conta as relações funcionais e contraditórias com o restante da economia, que levem em conta as regiões do país, os tipos de produtos, as indústrias de bens de capital para a agricultura e as agroindústrias, os problemas fundiários, os problemas de conservação dos solos e aqueles decorrentes do emprego de máquinas, fertilizantes e pesticidas, as questões de assentamento rural e as exigências urbanas impostas pela integração cidade-campo. Portanto, políticas de curto, médio e longo prazos, concatenadas segundo regiões e produtos, que levem em conta os aspectos tecnagrônômicos, econômicos e sociopolíticos. Isso implica revalorizar o planejamento como o processo que permite entender a dinâmica agrária, projetar a diversidade dessa dinâmica e submetê-la ao controle e à avaliação por parte de instituições.

Por conseguinte, o campo hoje está a exigir modificações profundas nas políti-

cas relativas ao crédito, à adequação de tecnologias, de organização da produção e comercialização, de reestruturação fundiária, de remuneração e de condições de trabalho. Impõe-se portanto uma nova ponderação entre eficácia econômica e equidade social. Um novo esquema de prioridades que não poderão se ater apenas aos fundos financeiros disponíveis, pois a isso não se reduz a sociedade, mas deverão ser examinados também os "fundos" políticos e os "fundos" ideológicos, uma vez que os interesses dos grupos sociais se diversificaram enormemente e transbordaram a moldura institucional vigente. Mas também não se trata de passar de uma ênfase num materialismo rastaquêra das cifras para uma ênfase num idealismo que promete e manipula apenas símbolos. Certamente que a direção a ser tomada deverá considerar a pobreza dos cofres frente às descomuns demandas sociais, mas certamente também será a partir desse impasse que poderão ser imaginadas soluções que terão de se haver com o mundo material e simbólico dos grupos que delas participarão.

O que gostaria de enfatizar é que a exigência de novas políticas econômicas, isto é, a criação de novos ordenamentos das relações sociais, relações conflitivas por natureza, provêm do próprio panorama material criado pelas políticas que realizaram a primeira fase de modernização agrária (1967-80).

II. Industrialização do campo

A industrialização da agricultura provoca sua integração na matriz setorial da economia nacional. Trata-se de uma integração funcional que envolve profundas modificações estruturais. Transformações tecnoeconômicas e sociopolíticas. Há uma mutação na sociabilidade. Inovação, cálculo econômico, produção em massa, elevação da produtividade, informação meteorológica-tecnoeconômica etc. São elementos sociais que não coabitam com uma moldura institucional produzida pelo sistema latifúndio-minifúndio — exceto em cabeças pouco azeitadas. Além disso, a industrialização que a indústria provocou no campo brasileiro não é espontânea, à capitalismo concorrencial, mas foi um processo imposto goela abaixo da agricultura pelas políticas estatais que busca-

vam dinamizar o conjunto das atividades nacionais segundo as regras do moderno capitalismo oligopólico.

Por aqui é que andam os elementos centrais da questão agrária atual. Não se trata apenas da circulação geral de mercadorias e de capitais individuais, mas de um capital em geral, que regula e promove a circulação e a troca de capitais particulares, de mercadorias e de riquezas de toda ordem. O emprego maciço do crédito, respaldado no manuseio do fundo público, provocou condutas novas que os capitais privados — notadamente os de pequeno porte — jamais poderiam sonhar. A alocação destes capitais e as condições de suas reproduções não estavam determinadas pelas suas próprias capacidades de autofinanciamento ou pelo financiamento bancário privado, e tampouco reguladas por uma taxa média de lucro. Nada disso. A elasticidade de sua conduta estava atrelada à capacidade do Estado de lançar mão do fundo público. O Estado, assim entendido, "planejou" a agricultura para o lucro. O *coeteris paribus* aqui consistiu não só na estrutura fundiária, mas na dinâmica industrializada prévia, se bem que localizada, existente no agro nacional, e no pressuposto de que, assim como nos países centrais, também aqui, na futura potência, ocorrerá uma reviravolta descomunal da população residente no agro, um aumento da produtividade e uma produção para estômago algum botar defeito, seja brasileiro seja internacional.

Este capital financeiro ancorado no fundo público desencadeou um processo de industrialização do campo, igualizando as condições para a produção e servindo de caução ao novo desenvolvimento desigual e combinado.

O caráter desse processo geral aparece na superfície da sociedade como algo localizado, regionalizado e concentrado em certos lotes fundiários. E, na chamada prática, efetivamente o é. Por outro lado, tão logo se pensa em um modo de alterar essa mesma prática, eis que emerge o referido caráter geral, nacional, da industrialização. Por exemplo, promover o zoneamento agrícola ou a colonização dirigida; incentivar a produção de alimentos e sua estocagem para fins regulatórios de abastecimento; tributar mais fortemente as terras de especulação e fortalecer a arrecadação tributária dos municípios — ora, tudo isso implica levar em conta as políticas estatais que

operam na dimensão nacional e a da industrialização do campo. Convém observar que a industrialização da agricultura não se confina a uma "modernização localizada", a uma "dualidade estrutural" — estes são conceitos descritivos; ela é, de fato, o elemento hegemônico, que deve ser levado em conta tanto nas análises quanto nas políticas a serem traçadas. Sejam políticas de revisão da industrialização levadas a efeito até agora, sejam políticas de continuação — todas elas deverão ser elaboradas a partir da industrialização, do caráter geral por ela posto, vale dizer, a partir da supressão do divórcio entre agricultura e indústria, entre campo e cidade.

Assim, a industrialização do campo põe como dado uma nova base tecnológica na agricultura nacional que, apesar de localizada e concentrada, comanda e dá a direção geral dos processos particulares em andamento no agro. O deslanche desse processo até a conquista de posição hegemônica exigiu políticas estatais de caráter geral, nacional, que transformaram de vez o Brasil dos brasis agrários no Brasil com regiões agrárias.

Observe-se que a intervenção do Estado até por volta dos anos 60 fora tópica e localizada (café, cana-de-açúcar, cacau e trigo). O campo mantinha-se à margem da industrialização do país, com mercados e estruturas regionais de poder.

A partir de 1947, o Estado passa a compartilhar, de modo crescente, suas políticas com os grupos sociais industrializantes. Os diversos planos de governo, incluindo aí a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-53) e o Plano de Metas (1956-61), notadamente este último, tinham como tese básica o crescimento induzido da agricultura. Vale dizer, a agricultura iria se modernizar na medida mesma em que a indústria enquanto tal se implantasse no país. Já o Plano Diretor da Sudene (1960-65) e o Plano Trienal (1963-65) sustentavam claramente que sem uma intervenção na estrutura fundiária e uma integração do desenvolvimento agrícola ao industrial-urbano a agricultura bloquearia o desenvolvimento nacional. O que ocorreu de fato foi, de um lado, que a industrialização urbana não induziu o agro à modernização e, de outro, que a agricultura não bloqueou o desenvolvimento geral do país. No entanto, o descompasso entre o desenvolvimento agrário e o urbano-industrial agravou-se e não foi objeto de política alguma.

De meados dos anos 60, mas notoriamente a partir do começo dos anos 70, a "dinâmica da inércia" foi sendo rapidamente erodida pela dinâmica da industrialização do campo. Este processo como que unifica os brasis agrários graças a um rol de políticas centralizadas e desencadeadas pelo Estado. A intervenção deste não mais é tópica e circunstanciada, mas abrangente, nacional, "planejada". Em síntese, o Estado força a agricultura a mover-se em direção à sua integração na cadeia inter-setorial através da mudança no modo agrícola de produzir. Este processo tem como mola impulsora o fundo público que aparece como crédito para o consumo de bens de produção, como incentivos fiscais para as grandes empresas irem para o campo e como obras de infra-estrutura de estocagem e transportes voltados para a exportação.

As políticas modernizadoras visavam, de um lado, a garantir o apoio que as oligarquias regionais haviam dado ao golpe de 64; e, de outro, a elevar o patamar tecnoeconômico da agricultura, para concorrer no mercado internacional e gerar excedentes internos de alimentos sem uma intervenção substantiva na estrutura fundiária; e tampouco sem aplicar à risca a legislação trabalhista e agrária que os próprios setores dirigentes mais modernos haviam produzido.

O processo posto em marcha a partir de 1967 desencadeou forças sociais e econômicas que alteraram profundamente o panorama agrário do país. Novas técnicas de produção e de organização produtiva, novas organizações econômico-sociais, novos grupos sociais, novas estatísticas, novos planos e planejamentos, a necessidade de ordenação e coordenação públicas etc., tudo isso emergiu como a explosão de um vulcão. De repente, em quinze anos, o Brasil agrário tradicional salta para um Brasil ultradinâmico e submetido à modernização constante.

É evidente que essa revolução agrária em andamento não unificou de todo os brasis do Brasil agrário, mas, por outro lado, colocou como algo prático um processo geral, nacional, que impulsiona e imprime uma nova direção aos inúmeros processos particulares em curso no agro brasileiro. Observe-se que se o Sudeste e o Sul do país mudaram, se partes do Nordeste mudaram, também é verdade que muita coisa mantém aspectos estruturais antigos. Se produtos mudaram suas formas de produzir, é verdade também

que outros se mantiveram em seus arca-bouços tradicionais. Se muita mão-de-obra é hoje assalariada, sendo que parcela dela reside nas cidades, igualmente é verdade que as formas não-assalariadas cresceram significativamente. Se parcela da produção agrícola é gerada no interior de esquemas agroindustriais, há contudo boa parte da produção sob controle do capital e de riquezas mercantis.

Em suma, o caráter geral, nacional, hoje predomina e comanda a vida agrária brasileira. E no movimento de mudança da agricultura — mudança parcial e localizada, sem dúvida, mas de caráter geral — nenhuma área ou grupo social acha-se imune à sua influência, até mesmo aquelas áreas e grupos sociais que não se enquadram diretamente nas atividades em industrialização.

III. Alguns "resultados" da industrialização do campo

A bem da verdade, não se trata de resultados, mas de processos coetâneos ao da industrialização das atividades rurais; se bem que, aí por volta de 70, a desruralização da população brasileira e a distribuição da renda rural são realmente afetadas pela industrialização do campo. Da interação desses processos, o que resulta presentemente é uma revisão profunda do que venha a ser o rural. Mas vejamos isso com algum detalhamento.

Para verificar o movimento de desruralização da população brasileira basta consultar os censos demográficos da FIBGE de 1950 a 1980. Atendo-nos a esse período, observamos que na primeira data, 1950, o Brasil contava com 52 milhões de pessoas e, em 1980, 119 milhões. O que chama a atenção, além do montante de habitantes, é a mudança na distribuição espacial dessa população — 64% dela encontravam-se residindo no campo, em 1950, e apenas 32%, três décadas mais tarde. Chama a atenção, ademais, o tempo em que ocorreu esse gigantesco deslocamento: trinta anos, ao passo que o mesmo movimento populacional levou uns duzentos anos na Europa Ocidental. Esse recurso de que lanço mão serve aqui para assinalar — pela comparação — o contraste de ambientes que determinam distintas redes causais: na Europa do século passado o movimento ocorre com a primeira revolução industrial e, no Brasil, ele ocorre quando

a industrialização já é algo dado e se processa de modo oligopólico e fortemente moldado pela ação do Estado. Por outro lado, a desruralização implica aumento da produção e produtividade nas atividades agrárias e, portanto, alterações nas formas de produção e de consumo da população aí engajada. Mudanças, enfim, seja na vida material seja na vida cultural.

Para insistir no argumento, apenas mais algumas indicações. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país, que respondem por 66% da população total em 1980 (74% urbana e 48% rural), apresentaram, na década de 70-80, taxas de incremento geométricas anuais da população rural negativas, exceção feita ao Estado de Mato Grosso. Por outro lado, Rio Grande do Norte e Pernambuco, no Nordeste, e Amazonas, no Norte, igualmente tiveram taxas negativas ou iguais a zero. Estas cifras revelam que a desruralização da população é um fato generalizado no Sul (regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul) do país e em generalização no restante, Norte e Nordeste — até mesmo naquelas áreas que, há questão de dez anos, eram tidas como frentes pioneiras.

No que se refere à distribuição de renda, cabe notar que, em 1970, os 20% mais pobres da PEA apropriaram-se de cerca de 5% da renda agrícola, e os 50% mais pobres, de pouco mais de 22%. Em 1980, aqueles primeiros 20% receberam menos de 4% da renda (isto é, uma variação de 27%) e os 50% mais pobres, 15% (isto é, uma variação de 33%). Por outro lado, os 10% mais ricos do campo brasileiro apropriaram-se, em 1970, de 34% da renda e, dez anos depois, de mais de 50%; os 5% mais ricos, que abocanhavam 24% da renda em 70, passaram a 44% em 80, isto é, 86% a mais. O que se pode inferir daí? Caso compararmos essa distribuição da renda com a urbana, veremos que as estruturas e as tendências de incremento se assemelham como pai e filho, levando-nos a crer que as cidades lançam seu modo de organizar a vida sobre o meio rural. Atendo-nos à distribuição no meio rural, vê-se ainda que o desenvolvimento econômico dos anos 70 beneficiou, a rigor, cerca de 20% da população dos campos do país. Penso não forçar a barra em demasia ao afirmar que a distribuição geral da renda, semelhante no campo e na cidade, indica que ambos estão submetidos

à dinâmica de reposição e ampliação/ bloqueio do capital financeiro, industrial e agrícola, capital este, em larga medida, sustentado pelo Estado.

Desruralização da população, estrutura e distribuição da renda rural, assemelhadas às da renda urbana e industrialização do campo, indicam que há atualmente nos campos do país uma nova sociabilidade. E esta sociabilidade somente pode ser adequadamente analisada se levarmos em consideração o complexo tecido de relações entre a indústria produtora de bens de capital para a agricultura, as atividades agrícolas e as agroindustriais. Complexo tecido esse que, num elevado nível de abstração, pode-se chamar de complexo agroindustrial brasileiro (CAI).

Em termos de pergunta, a idéia que aqui pretendo transmitir pode ser assim formulada: o que regula a agricultura brasileira? Qual é o elemento que determina a estrutura e a dinâmica das atividades agrárias brasileiras? Preponderantemente, o direito jurídico de propriedade de um pedaço de terra, a concentração fundiária, as relações familiares, ou preponderantemente os elementos do capital financeiro, industrial e mercantil e a enorme presença estatal? A regulação da nova dinâmica agrária, dos novos volumes de produção, das novas maneiras de produzir, armazenar e transportar ocorre de modo determinado pelo tipo de apropriação da terra e de relações familiares e assalariados ou pela força estruturada dos capitais financeiro e industrial?

A adoção da unidade analítica CAI, em substituição à agricultura como unidade analítica, importa em desconsiderar a terra e as relações sociais estabelecidas a partir de sua apropriação como núcleo de análise e de interpretação e, por força, como núcleo de entendimento das atuais questões agrárias. Convém deixar claro desde já que um tal enfoque não implica considerar a terra e as relações a ela associadas como algo sem importância alguma; implica, isto sim, sua redefinição a partir de sua importância em determinar as modificações em curso no campo. Hoje estas relações são secundárias. A industrialização do campo e as relações sociais criadas nesse processo são as principais. A adoção da unidade de análise CAI implica, portanto, considerar a agricultura como uma das partes do todo, que tem na industrialização do campo e na agroindústria as outras par-

tes. No entanto, é a estrutura desse todo que determina a estrutura e a dinâmica da agricultura e não o contrário. E isso tem que ser levado em conta ao se considerar a atual questão agrária.

Com base em todas essas considerações, resta indagar acerca do rural, desse rural interconectado com o urbano, seja pelo lado do setor de bens de capital seja pelo lado da agroindústria, seja ainda pelo lado dos fluxos de mão-de-obra. Rural é o quê? Com efeito, ele não mais pode ser confinado à população residente no meio rural (limitação demográfica), nem apenas à população que participa nas atividades agrárias (limitação econômica via PEA), mas deve ser definido pela extensão com que a dinâmica do CAI participa da reposição e ampliação das condições de vida de determinada população, pouco importando se urbana ou rural. Se levarmos em conta os critérios de emprego e renda gerados direta e indiretamente pela dinâmica do CAI brasileiro, então devemos considerar não apenas os 38 milhões de brasileiros que habitam as zonas rurais, mas também, e pelo menos, os 22 milhões a mais que moram em cidades com menos de 20 mil habitantes. Esse, de fato, é o verdadeiro contexto da "questão agrária" nacional. Assim sendo, cerca de 60% da população brasileira fazem parte do "rural".

IV. A nova fase da industrialização do campo e o rumo das coisas

O avanço da industrialização do campo faz com que a agricultura se defina de modo cada vez mais claro como um ramo da indústria. Vale dizer, eleva-se a integração dos elementos componentes do CAI. Na agricultura, o produtor tende a ser um especialista, reduzindo suas operações a plantar e a criar, ao tempo em que a produção do seu objeto de trabalho (sementes, alimentação animal etc.) e dos processos de trabalho (organização e uso de máquinas e implementos) escapa cada vez mais de suas mãos. A agricultura diminui crescentemente sua função de produtora de alimentos, aumentando a de matérias-primas.

A industrialização do campo teve uma fase, de cerca de 1967 a 80, na qual a ênfase recaiu na mecanização pesada (tratores e implementos agrícolas) e na quimificação (fertilizantes de origem mineral e produtos fitossanitários). As políticas do Estado operaram como instru-

mentos privilegiados na regulação da concorrência, notadamente no financiamento do processo. Os créditos, os incentivos e as subvenções foram utilizados à larga sem controle algum — o que no conjunto facilitou que cerca de um milhão de estabelecimentos superassem os elevados custos relativos de implantação da nova forma de produzir. Este processo acentuou a pilhagem do meio ambiente (desmatamento, erosão, compactação de solos, aumento do número de pragas), criando dificuldades de ordem ambiental que requerem modificações na conduta dos agentes privados.

O excesso relativo de população e o êxodo rural descomunal verificado nos últimos vinte anos estão associados, de uma maneira ou de outra, a essa industrialização que perseguiu, a qualquer preço, aumentar a produção e, em certo sentido, também a produtividade. A segunda fase da industrialização do campo (1980 em diante) tenderá a manter, senão a acelerar, os movimentos emigratórios e seu destino para as médias e grandes cidades — caso não se faça uma intervenção pública com participação de grupos privados.

Esta segunda fase tem início com a saída abrupta do Estado como provedor de fundos para a industrialização. Há um maior realismo de mercado no que diz respeito aos financiamentos e à retirada dos subsídios. O realismo de mercado e a tendência à privatização do crédito acirram a concorrência entre empresas industriais e financeiras, assim como agroindustriais, na agricultura. Da ênfase no aumento da produção a qualquer custo tende-se a perseguir este objetivo pelo aumento da produtividade e, principalmente, pelo aumento da eficiência econômica — privatizando-se, de modo crescente, as condições de produção: fim dos incentivos sem critério, políticas seletivas, racionalização dos investimentos e busca de redução dos custos unitários.

Por outro lado, a segunda fase da industrialização do campo se caracteriza pelo acoplamento à mecanização pesada e à quimificação da mecânica leve (máquinas de extração de leite, sua conservação; tratamento de produtos orgânicos etc.), de produtos eletrônicos e da ampliação da pesquisa e da extensão rural. Tudo isso, deixado nas mãos visíveis de organizações privadas com o beneplácito "neoliberal" do Estado, poderá, sem dúvida, gerar empregos na pauta de serviços do CAI, mas certamente irá acelerar as

tendências de criar maiores excedentes de mão-de-obra na agricultura. As implicações econômicas e sociais mais amplas desse processo de reprivatização simplória do uso das terras rurais não será objeto a ser cogitado pelas empresas, que as remeterão ao Estado.

Esse "neoliberalismo" safado, que se socorre constantemente das burras do Estado, requer revisão urgente, como a opção para se encaminhar a questão agrária. Às políticas "passivas" do Estado frente a essa questão — que correspondem a políticas ativas das grandes empresas — cabe ponderar a necessidade de políticas ativas que levem em conta os aspectos econômicos e sociais gerais.

Não se trata de contrapor a essa opção "passiva" uma outra, estatal-intervencionista. Trata-se de reconhecer a dimensão da questão agrária, em seu âmbito nacional e em seus âmbitos regionais, as peculiaridades regionais de solo, clima, estrutura fundiária, a participação da agricultura na tributação municipal e regional. Trata-se de dispor de políticas públicas que dêem certas prioridades, incentivando e inibindo determinadas produções e organizações rurais. Políticas de médio e longo prazos, que contemplem revisões fundiárias e assentamentos rurais levando em conta as malhas urbanas e de transporte. A obtenção de eficiência e de maior produtividade pode ser alcançada sem um apelo à simples privatização das condições de produção, sem um puxar de tapete por parte do Estado — haja vista a participação deste nos países mais desenvolvidos. Além disso, as questões nacionais, das quais a questão agrária faz parte, não se reduzem a cálculos simplórios de custo-benefício do ângulo da ótica de interesses privados, mas envolvem o fato de que a institucionalidade econômica e social não mais comporta as soluções a essas questões.

A urbanização do campo, a colonização urbana de áreas de vazio humano, a organização de cooperativas — tudo isso pode levar não só a reter populações que potencialmente serão evacuadas pela segunda onda de industrialização do campo, como a criar empregos novos. O destino não está determinado desde agora e para sempre.

Geraldo Müller é professor de Economia na Pós-Graduação da PUC-SP e pesquisador do CEBRAP.

Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 11, pp. 2-9, jan. 85
